

Breves Notas

Associação Goiana do Ministério Público / Goiânia, agosto-setembro de 2011 - nº 44

VII CONGRESSO

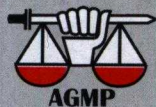
ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS

Nos dias 15, 16 e 17 de setembro, o VII Congresso Estadual do Ministério Público fomentou o debate institucional. Durante o evento realizado pela AGMP e ESMP, foram realizadas, na sede da associação, palestras e painéis que mostram a relação do MP com o parlamento, a criminalidade organizada, a segurança pública e institucional e as perspectivas e controvérsias que permeiam a atuação do MP.

44 anos de AGMP

O aniversário da instituição foi comemorado com um grande almoço na sede campestre da AGMP. Cerca de 450 pessoas compareceram a festa que foi marcada pelo conagraçamento entre os membros do Ministério Público.





Breves Notas

Nº 44

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO - AGMP

Endereço: Rua T-29, esquina com T-9, nº 1.758 -

Setor Bueno Goiânia-GO - CEP 74.215-050

Telefone: (62) 3285-6660 - Fax (62) 3251-1798

E-mails: agmp@agmp.org.br -

presidencia@agmp.org.br - tesouraria@agmp.org.br -

jornalismo@agmp.org.br - informatica@agmp.org.br -

samp@agmp.org.br - secretaria@agmp.org.br -

diretoria@agmp.org.br

DIRETORIA DA AGMP

Lauro Machado Nogueira

Presidente

Goiamilton Antonio Machado

Vice-Presidente

Mário Henrique Cardoso Caixeta

Secretário-Geral

Leila Maria de Oliveira

Diretor Financeiro

Maria Bernadete Ramos Crispim

Diretora Socio-cultural

Danni Sales Silva

Diretor de Esportes

Anália Rabelo Montes Elias

Diretora de Integração

Simone Disconzi de Sá Campos

Diretora de Comunicação

Arthur José Jacon Matias

Diretor de Assuntos Institucionais

CONSELHO FISCAL

Titulares

Bruno Barra Gomes

Marinho Borges de Carvalho

Robertson Alves Mesquita

Suplentes

Clínio Xavier Cordeiro

Geibson Cândido Martins Rezende

Vinicius Marçal Vieira

JORNALISTA

Marília Costa e Silva

DESIGN GRÁFICO

A.L. Marketing & Design

aldesigngrafico@gmail.com.br

(62) 9105-3653

DESIGNERS

Alessandro Carrijo
Luciana Fernandes

Fotografia
Moraes

Nesta edição

Artigo

6

O promotor de Justiça Vilanir de Alencar Camapum Júnior fala sobre o novo horário de funcionamento da Justiça.

Mobilização

10

O presidente da AGMP considera exitosa a mobilização de todas as associações durante o Dia Nacional de Valorização do MP e magistratura.

Canoas 2011

14

A 8ª edição do acampamento da AGMP no Araguaia foi marcado por muita descontração e atividades recreativas.

ELEIÇÕES AGMP - A eleição para Diretoria e Conselho Fiscal da AGMP biênio 2012/14 será no dia 10 de dezembro. O regulamento já foi publicado no site da entidade.

SERVIÇOS DA AGMP

SAMP (Serviço de Assistência Médica aos
Membros do Ministério Público)

Horário de atendimento: 8 às 18 horas

Secretárias: Viviane e Ivana

Fones: (62) 3274-3513

(62) 3285-6660 - Ramal 213

Fax: (62) 3251-3454

Consultas Médicas

Dr. Ildefonso Teles Neto - 11 às 12 horas

Sede Social da AGMP

(Salão de festas, sauna, academia, quadra
de esportes, auditório)

Fone: (62) 3285-6660 - Ramal 212

Tratar com Marta

Casa do Promotor

Fone: (62) 3251-5336

Reservas com Rose ou Marta:

Fone: (62) 3285-6660

ou pelo site www.agmp.org.br

www.agmp.org.br

Linha direta com o presidente



O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, possui e-mail e endereço de MSN exclusivos para falar diretamente com os associados.

O contato pode ser feito através dos endereços:
presidencia@agmp.org.br

www.twitter.com/presidenteagmp

Debates e Valorização

Colegas,

Foi realizado com êxito o VII Congresso Estadual, de 15 a 17 de setembro, na AGMP.

Durante os debates, foi levantada a necessidade do Ministério Público melhor se relacionar com a classe política e os demais poderes. Tal assunto foi diretamente abordado pelo Presidente da Conamp, César Mattar, pela Conselheira do CNMP, Thaís Ferraz, e pelo Senador Demóstenes Torres. Tais autoridades, pela dimensão do que representam, tem uma visão ampla do espectro do Ministério Público brasileiro e tem testemunhado as dificuldades que estão sendo impostas à Instituição pelo parlamento.

É fato que a maioria esmagadora dos membros da instituição se relacionam de forma profissional e adequada com agentes políticos. Contudo, eventuais radicalismos de alguns, tem levado a uma perigosa generalização que exige o nosso pronto repúdio e não justificam as incontáveis tentativas de desfiguração do perfil constitucional do Ministério Público, que tem cumprido com fidelidade o que lhe foi reservado na Constituição da República. Necessitamos sim de aprimoramento institucional constante, mas sem perder o vigor e a determinação que nos credenciaram perante a sociedade e motivaram retaliações desproporcionais aos pontuais gravames inerentes da atuação dos colegas em todo o Brasil.

Nesse contexto, Magistratura e Ministério Público realizaram em conjunto, pela primeira vez na história, uma manifestação conjunta que reuniu todos os ramos das duas carreiras, no dia 21 de setembro em Brasília-DF, reunindo cerca de 1.800 magistrados e membros do Ministério Público, para o Dia Nacional de Valorização. Caminhamos por política salarial, diante dos cortes orçamentários e da paralisação dos projetos de recomposição dos subsídios; por segurança, para que não ocorram mais extermínios como o da Juíza Patrícia Acioli e por uma previdência que dê segurança àquele que venha optar por nossas carreiras.

Fui perguntado por aqueles que não compareceram se o ato teve algum resultado prático. Com certeza o resultado não é imediato, mas dentro de um ambiente político, demonstramos capacidade de mobilização e arregimentamos apoio em diversas esferas do poder legislativo. Acredito que foi um importante passo na luta das entidades de classe que representam o Ministério Público pela garantia dos nossos direitos.

Um fraterno abraço

Lauro Machado Nogueira
Presidente da AGMP

P.S. O Mr.Gyn na AGMP foi demais!!!!

(em pauta)...

CNMP cria comitê para segurança de promotores e procuradores

O presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Roberto Gurgel, assinou portaria criando um comitê para instituir políticas de segurança para promotores e procuradores em todo o País. A ideia é estabelecer um planejamento de segurança, por meio de ações que promovam a uniformização, padronização e integração dos planos de segurança institucional e orgânica e das ações de segurança propriamente ditos.

O comitê será composto por quatro grupos temáticos de discussão: Segurança de Recursos Humanos, Segurança do Material, Segurança de Áreas e Instalações e Segurança da Informação. Grupos temporários também poderão ser criados para discutir outros temas relacionados à área de segurança institucional. O comitê de segurança será presidido pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.



PGR e STF enviam novos projetos para recompor subsídios

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, enviaram ao Congresso Nacional os Projetos de Lei n.º 2198 e 2197 de 2011, estabelecendo, respectivamente, a revisão do subsídio mensal do chefe do Ministério Público e dos ministros da suprema Corte. As propostas determinam um reajuste de 4,8%, a partir de 1º de janeiro de 2012.

Já tramitam na Câmara os PLs 7753 e 7749, de 2010, que também recompõem os subsídios, só que a partir de janeiro de 2011. As matérias, enviadas em agosto de 2010 ao Congresso, têm a finalidade de recompor as perdas decorrentes do processo inflacionário, com base no IPCA.

Processos administrativos no MP

O CNMP aprovou, no dia 9 de agosto, a proposta de resolução que define prazo para os processos administrativos em tramitação no MP brasileiro. Pelo texto, a fase de instrução do processo, quando não definida em lei, deverá ser iniciada e concluída em 120 dias, podendo ser prorrogada por igual período quando houver motivação. Finalizada a instrução, a Administração terá um prazo de 30 dias para decidir e comunicar ao interessado.

Auxílio-alimentação a membros do MP

A AGMP ingressou na no dia 29 de setembro com requerimento na Procuradoria-Geral de Justiça buscando a implantação e o pagamento de auxílio-alimentação aos membros do MP, como verba de caráter indenizatório.

Tal iniciativa é decorrente da recente Resolução 133 do CNJ, que estendeu tal benefício à magistratura nacional, em virtude da simetria constitucional com o MP da União, que paga referida verba a seus membros.

Tendo em vista que em 27 de setembro a Asmego postulou a implantação do auxílio-alimentação no âmbito da Justiça Estadual, a AGMP imediatamente formulou requerimento no mesmo sentido, a fim de garantir a paridade histórica da Magistratura e do Ministério Público goianos, já efetivada há mais de uma década em nosso Estado.

Ouvidoria do CNMP já está em funcionamento

Já está em funcionamento a Ouvidoria do CNMP. À disposição dos cidadãos, a Ouvidoria é um canal direto de comunicação com o conselho para reclamações, sugestões, críticas e pedidos de esclarecimentos sobre o funcionamento do órgão.

Os interessados podem entrar em contato pelo portal do CNMP, onde está disponível formulário eletrônico específico, a ser utilizado pelo usuário. O atendimento também pode ser feito mediante envio de carta ou pessoalmente. O horário de atendimento ao público é de segunda à sexta, de 9h às 18h.

Repasse ao MP subirá 23% em 2012

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012, o MP de Goiás vai ser beneficiado com um aumento de 23% no repasse de recursos para despesas de custeio e de capital. A LDO 2012 (Lei estadual 17.393 de 1º de agosto de 2011), publicada em 5 de agosto, elevou de R\$ 28.506 milhões para R\$ 35 milhões o valor do orçamento estadual destinado a custeio e capital.

O procurador-geral de Justiça, Benedito Torres Neto, tinha enviado mensagens ao relator da LDO do exercício de 2012, deputado estadual Lincoln Tejota, solicitando emenda

com o objetivo de aumentar para R\$ 35 milhões o valor dos recursos para 2012. A emenda foi apresentada pelo deputado estadual Hélio de Souza e acatada pelo relator. Na sequência, foi a vez de haver compreensão por parte do governador Marconi Perillo que não vetou a emenda, sancionando o projeto com o acréscimo de recursos pleiteado pelo MP-GO.

O aumento provocará um salto significativo em termos do histórico de repasses mais recentes do orçamento estadual. Em 2009, o montante destinado ao MP foi de R\$ 23,150 milhões. Em 2010, o valor subiu para R\$ 26,6 milhões.

Jeferson Coelho é eleito corregedor nacional do MP

O CNMP elegeu, no dia 23 de agosto, Jeferson Coelho como corregedor nacional do MP e os presidentes das comissões permanentes do colegiado. Ele foi escolhido por unanimidade de votos e exercerá o mandato até 2013. "As diretrizes da Corregedoria Nacional serão as mesmas do CNMP", afirmou Jeferson Coelho ao ser eleito. O conselheiro é subprocurador-geral do trabalho e ficará afastado das atividades do MPT enquanto ocupar o cargo de corregedor nacional.



Vaga do Ministério Público no STJ

O Conselho Superior do MP (CSMP) analisou no dia 15 de agosto os três pedidos de inscrição para o provimento de vaga destinada ao Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça

(STJ). A lista tríplice formada após a análise dos requerimentos ficou assim definida: promotores Carla Fleury de Souza, Alice de Almeida Freire e Rodaney Ferreira Gandra Júnior.

Programa do XIX Congresso Nacional do MP já está na internet

De 23 a 26 de novembro de 2011, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e a Associação do Ministério Público do Pará, realizam, em Belém (PA), o XIX Congresso Nacional do Ministério Público. Promotores e procuradores de Justiça de todo o país podem participar e se inscrever pelo site do evento www.congressomp2011.com.br. A página na internet traz também toda a programação do congresso. Além disso, membros do MP que tiverem interesse na apresentação de teses podem inscrever seus trabalhos até o dia 15 de outubro.

O evento tem como tema central Amazônia, Direitos Humanos e Sustentabilidade. O objetivo é discutir, entre diversos

assuntos, temas focados nas questões econômica, social e ambiental envolvidas na atuação do Ministério Público. Além disso, será fomentada a integração e a troca de experiências entre os membros do MP. A AGMP custeará até R\$ 250,00 da inscrição para os associados e o dobro para os tesistas.



Grande perda

Faleceu no dia 28 de agosto, em Goiânia, o procurador de Justiça aposentado Max Esteves Pereira. Ele foi diretor do Serviço de Assistência Médica aos Membros do MP (SAMP), da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), durante a administração de Mozart Brum Silva (1998/2002).



Max Esteves ingressou no MP, como promotor de Justiça substituto, em 11 de dezembro de 1952. Ele passou pelas Promotorias de Justiça Goianira, Bela Vista de Goiás, Jaraguá e Goiatuba. Foi promovido a Procurador de Justiça em 17 de fevereiro de 1977, tendo se aposentado em 2 de maio do mesmo ano.

O NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA, A QUALIDADE DO ATENDIMENTO E A SAÚDE DO TRABALHADOR

Muito se tem debatido sobre o novo horário instituído pelo Poder Judiciário de Goiás e de outros Estados, atendendo a recomendações do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de economizar energia, reduzindo os custos da máquina administrativa. O Ministério Público de Goiás também o adotou, provisoriamente e a título de experiência, por considerar que manter horário em descompasso com o Judiciário traria maiores prejuízos.

Merece louvor a iniciativa do CNJ, porém considero equivocado vincular a mudança de horário exclusivamente à economia de energia, porque a demora na prestação jurisdicional e a baixa qualidade de atendimento dos usuários ainda são nossos maiores problemas e, portanto, não poderiam estar fora do objetivo proposto.

A intenção deste artigo é analisar o assunto sob as óticas da qualidade do atendimento e da saúde dos trabalhadores, no caso os servidores e membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, bem como os advogados.

Em pesquisa realizada pela UNB foi constatado que 1 milhão e 300 mil brasileiros se afastaram do trabalho no ano de 2008 por causa do estresse (fonte: site notícias.r7.com). A revista Proteção (nº 199, de julho/2008), por sua vez, informa que “de 2000 a 2006, os afastamentos por distúrbios mentais relacionados ao trabalho aumentaram 260 por cento”, já sendo tratados como “epidemia” e caso de “saúde pública”. Portanto, o assunto é sério, e justamente por não ser levado a sério como deveria, está crescendo assustadoramente.

As políticas de enxugamento e as pressões por resultados já não são “privilégios” do setor privado. Por outro lado, trabalhando das 8 às 12 hs. e das 14 às 18 hs., não sobra tempo para realizar as atividades recomendadas pelos programas de qualidade de vida, tais como dedicar-se à família, praticar atividades físicas e/ou lúdica/relaxamento, atividades cotidianas como compras, banco e consertos domésticos.

A falta desse tempo afeta substancialmente o grau de estresse do trabalhador, que se sente culpado pela ausência em relação à família e ainda consigo, pelo descuido com sua própria saúde. Quando surgem sintomas e ele busca ajuda profissional, escuta de médicos ou psicólogos as recomendações do que deveria fazer, mas não faz, o que repercute em

sentimento de impotência e frustração, pois é impossível conciliar seu horário de trabalho com as exigências de uma vida feliz e saudável. À noite, não é o horário adequado e nem há mais energia nem disposição para essas atividades.

Nós do sistema de Justiça temos participado dessa contradição que é teorizar sobre qualidade de vida sem proporcionar meios concretos e eficazes de torná-la realidade. Contudo, o novo horário parece ser uma esperança de romper com essa contradição, não só para os servidores públicos, mas também para os advogados, pois o horário tradicional não permite aos advogados de pequenos escritórios dedicarem tempo diurno estável para atividades extra-laborais, já que a qualquer momento pode haver audiência.

Isso afeta diretamente a qualidade do serviço prestado, pois um trabalhador estressado é fonte de desavenças no ambiente de trabalho, não é capaz de realizar um atendimento ao público com a serenidade e paciência desejáveis, é menos produtivo devido à redução do seu poder de concentração e, quando se afasta para tratar da saúde, gera sobrecarga sobre os colegas, vez que em geral não há substituto.

Sob outro aspecto, tem-se que o tempo corrido de 7 horas no período vespertino, rende mais do que períodos curtos de 4 horas, pois reduz a “quebra” do ritmo e do raciocínio, podendo ser encontradas várias formas de organização das jornadas diárias individuais de trabalho que melhorem a qualidade do serviço sem prejuízo da qualidade de vida. Isso é possível, e tem ocorrido no Ministério Público, com flexibilidade, ao permitir diversidade de horário de trabalho aos membros, servidores e estagiários, de forma que a equipe da Promotoria possa garantir tempo adequado para o atendimento ao público. Aliás, cabe ressaltar que, para os trabalhadores em geral, o novo horário é benéfico, pois proporciona o seu atendimento no intervalo de almoço ou após as 18 horas.

O Poder Judiciário e o Ministério Público precisam ter a coragem de dar o passo inicial para quebrar o paradigma e disseminar essa nova visão de qualidade de vida no trabalho, até para abrir caminho para futuras conquistas dos demais trabalhadores.

Vilanir de Alencar Camapum Júnior, Promotor de Justiça, Titular da 68ª Promotoria de Goiânia – Promotoria de Saúde do Trabalhador.



Vilanir de Alencar
Camapum Júnior,
Promotor de Justiça.

Debate institucional

A discussão de temas que desafiam o interesse e o futuro da instituição deram o tom do VII Congresso Estadual do Ministério Público, promovido conjuntamente pela AGMP e ESMP. Durante os três dias do evento, que foi aberto pelo presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, foram realizadas palestras e painéis que mostraram a relação do MP com o parlamento, a transparência, a atuação como custos legis, a criminalidade organizada, a segurança pública e institucional, o garantismo frente a novas formas de criminalidade, além das perspectivas e controvérsias que permeiam a atuação do MP.

Em seu discurso de abertura, o presidente da AGMP destacou que, passados mais de 20 anos da Constituição de 1988, o MP conseguiu afirmar seu papel, com uma atuação firme, corajosa e questionadora, pautada sempre pelo compromisso com a busca da plena cidadania e do bom uso dos recursos do erário, alcançando significativos avanços, com inegável reconhecimento da sociedade.

Segundo ele, não obstante o crescimento do MP e demais órgãos de controle, a corrupção e criminalidade grassam no País, com escândalos

sucessivos, que sempre vêm acompanhados de impunidade. Mas apesar de indigno, esse cenário deve, conforme Nogueira, servir de estímulo aos colegas do MP para que "possamos manter a busca por uma atuação cada vez mais eficiente, profissional e efetiva".

O procurador-geral de Justiça, Benedito Torres Neto, que também discursou durante abertura do Congresso, reconheceu a importância do debate entre os colegas da instituição. "Admitir-se debater as controvérsias de nossa própria atuação, muito mais do que nos preparar para enfrentarmos os inúmeros desafios e obstáculos que teimam em surgir em nosso percurso, significa coragem para buscar nosso amadurecimento pessoal e institucional", destacou. Pela iniciativa de viabilizar esse debate institucional, Benedito Torres parabenizou a AGMP e a ESMP pelo tema que pontuou o congresso.

Após os discursos de abertura do congresso, o presidente da ESMP, Spiridon Nicofotis Anyfantis, entregou a Ivone Santomé, filha de Mauro de Freitas Correia, a 21ª edição da Revista do Ministério Público de Goiás, que traz homenagem póstuma ao Procurador de Justiça e ex-presidente da AGMP.



PRESIDENTE DA AGMP, LAURO MACHADO NOGUEIRA, DISCURSA DURANTE ABERTURA DO VII CONGRESSO ESTADUAL DO MP



Diálogo com outros poderes

“O Ministério Público deve se relacionar de forma mais institucional e respeitosa com a classe política”. O alerta foi a tônica de boa parte das manifestações do VII Congresso Estadual do Ministério Público de Goiás. O primeiro a destacar o assunto foi o presidente da Conamp, César Bechara Mattar Júnior, durante a conferência de abertura do evento, que teve como tema Ministério Público e relações com o Legislativo: panorama atual.

Quem também abordou o relacionamento do MP com outros poderes foi a conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Taís Schilling Ferraz, que participou do painel Ministério Público: transparência e relacionamento com os poderes, que também teve a participação do jornalista e repórter especial da Folha de São Paulo, Frederico Vasconcelos. O painel foi presidido pelo subprocurador-geral de Justiça para assuntos institucionais Eliseu José Taveira Vieira.

Outro porta-voz a expressar a preocupação a necessidade do MP se abrir mais para o diálogo com outros poderes foi o senador Demóstenes Torres, na palestra proferida no painel de encerramento do evento “Perspectivas e Controvérsias da Atuação Institucional”, presidido pelo



promotor de Justiça Spiridon Nicofotis Anyfantis. Na avaliação do senador, é fundamental que o MP deixe de lado certos “preconceitos” e comece a se articular para atuar onde as leis são feitas, não só para defender prerrogativas, mas também para se fazer ouvir em projetos relacionados a áreas de atuação institucional, como, por exemplo, em relação ao novo Código Florestal.

Participante do painel, o professor e advogado Romeu Felipe Bacellar Filho, especialista em Direito Administrativo, também advertiu sobre os cuidados que os integrantes do Ministério Público devem ter para não perder a sintonia com o relevante papel que foi dado à instituição pelo texto constitucional. “Com a Constituição de 1988, o MP ganhou funções extraordinárias. Mas, ao mesmo tempo, mostrou-se necessário mostrar a seus membros que há limites para se respeitar”, salientou.

Outras palestras

A criminalidade e a segurança pública também foram temas debatidos durante o VII Congresso Estadual do Ministério Público. O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, tratou sobre as Novas Perspectivas em Segurança Pública: as UPPs e sua aplicabilidade em áreas conflagradas durante conferência presidida pelo subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Abrão Amisy Neto.

Já os procuradores de Justiça Paulo Valério Dal Pai Moraes, do Rio Grande do Sul, e José Galvani Alberton, de Santa Catarina, falaram sobre a função de custos legis do Ministério Público: prerrogativas ou ônus, presidido pelo promotor de Justiça goiano, Tito Souza do Amaral, que também é conselheiro do CNMP.

A criminalidade organizada transnacional foi o tema escolhido para a palestra do fundador do Instituto Brasileiro Giovanni Falconi de Ciências Criminais, ex-secretário nacional Antidrogas da Presidência da República e professor visitante da Universidade de Georgetown (EUA), Wálter Fanganiello Maierovitch. A presidente da mesa foi a promotora de Justiça Renata de Oliveira Marinho e Sousa. Wálter alertou para a necessidade de uma ação firme contra a fabricação de produtos químicos no Brasil que têm sido destinados ao refino da folha de coca. Polêmico, ele defendeu uma punição maior a esse comércio e pregou a não criminalização do usuário: "Defendo uma punição administrativa, igual a uma multa de trânsito".

Os promotores de Justiça de Goiás Flávio Cardoso Pereira e João Porto Silvério Júnior falaram sobre Processo Penal Garantista diante das novas formas de criminalidade em painel presidido pelo colega Mário Henrique Cardoso Caixeta.

Apresentação de teses

Oito teses foram apresentadas durante o último dia do VII Congresso Estadual do Ministério Público. Como inovação, esta edição do evento permitiu que um dos trabalhos fosse apresentado pela Internet. Trata-se da tese do promotor de Justiça Umberto Machado Nogueira. Também apresentaram teses: Danni Sales Silva, Fernando Braga Viggiano, Arthur José Jacon, Camila Fernandes Mendonça, Mário Henrique Cardoso Caixeta, Rafael Simonetti Bueno da Silva, Ângela Acosta Giovanini de Moura.

Após a apresentação dos trabalhos, foi realizado sorteio de brindes entre os inscritos. Os promotores de Justiça Rafael Simonetti e Mário Henrique Caixeta receberam como prêmio um iPad cada um. Já Camila Umberto ganharam um iPhone cada um. Uma bicicleta também foi sorteada entre os presentes. Nesse caso, o ganhador foi Paulo Eduardo Penna Prado.



O PRESIDENTE DA AGMP PARTICIPA DE AUDIÊNCIA COM PRESIDENTE EM EXERCÍCIO MICHEL TEMER



PROMOTORES DE JUSTIÇA E MAGISTRADOS DE TODO O BRASIL DURANTE CAMINHADA EM BRASÍLIA-DF

Dia Nacional de Valorização do MP e da magistratura

O presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Lauro Machado Nogueira, considerou exitosa a mobilização de todas as associações do Ministério Público e da magistratura brasileiras, em todos os ramos, no dia 21 de setembro em Brasília. Na ocasião, cerca de 1,8 mil promotores, procuradores de Justiça, juizes e desembargadores se mobilizaram pelo Dia Nacional de Valorização, pedindo mais segurança,

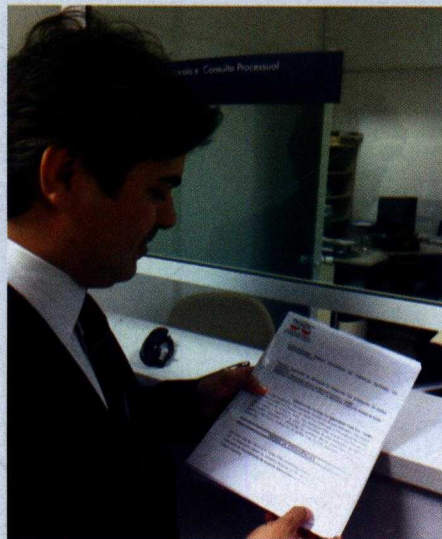
previdência pública integral e política remuneratória que garanta a irredutibilidade de subsídios.

Durante a mobilização, Nogueira e representantes das associações do MP e da magistratura entregaram manifestos aos presidentes do Senado, da Câmara, do STF e à PGR. O evento terminou com uma caminhada histórica da Câmara ao STF. Devido ao sucesso das manifestações, Nogueira agradece a participação dos colegas

de Goiás que, embora pequena, foi muito especial. "As associações fizeram a parte que lhes cabia e mobilizaram, de forma inédita, todas as carreiras do MP e magistratura para uma pauta comum", frisou. Além Nogueira, de Goiás estiveram presentes ao evento Marina Mello, Ricardo Rangel, Vagner Jerson, Regina Márcia, Eusélio Tonhá, José Antonio de Sá, Vanessa Goulart, e Ludmilla Pires de Resende.

AGMP luta para resguardar direito de promotores

O presidente da AGMP, Lauro Machado Nogueira, protocolou, no dia 26 de julho, Pedido de Providências no CNMP para que seja garantido aos promotores de Justiça substitutos que respondem ou responderam como titulares de Promotoria de Justiça o recebimento da diferença de entrância. A AGMP ingressou inicialmente com requerimento administrativo na Procuradoria Geral de Justiça, em julho de 2010, postulando o pagamento em razão da simetria com a magistratura, que estava recebendo a diferença. A postulação foi indeferida em 6 de dezembro, por falta de amparo legal. Exercitado o pedido de reconsideração com base em precedente idêntico do CNMP, provocado pela Associação do Ministério Público de Sergipe, no qual o CNMP decidiu pela auto-aplicabilidade do art.45 da Lei



8.625/93, em face da inconstitucionalidade da lei sergipana, a PGJ manteve o indeferimento do pedido. Por fim, em maio, a AGMP ingressou na PGJ, já sob a nova administração, com novo pedido de revisão. Contudo, em razão da mudança de posição do CNJ e do TJGO e outras decisões do STF e do

STJ, a procuradoria manteve a posição anterior, salvo determinação específica do CNMP para a questão, caso a AGMP provocasse o Conselho. Diante disto, a AGMP ingressou com Pedido de Providências no CNMP. Também no dia 26 de julho, Nogueira teve audiência com a desembargadora Monica Sifuentes, do TRF da 1ª Região, para tratar do julgamento das apelações interpostas pela União nos embargos à execução eleitoral da diferença de 11,98% da URV. As ações estavam paralisadas desde maio de 2010 no gabinete da magistrada. Nogueira explicou a ela que o tribunal já firmou entendimento em vários outros julgados e pediu celeridade no julgamento de mais de 100 processos que estavam para ser pautados. Sensibilizada pela questão, ela determinou que fossem colocados em pauta, o que aconteceu no dia 28 de setembro.

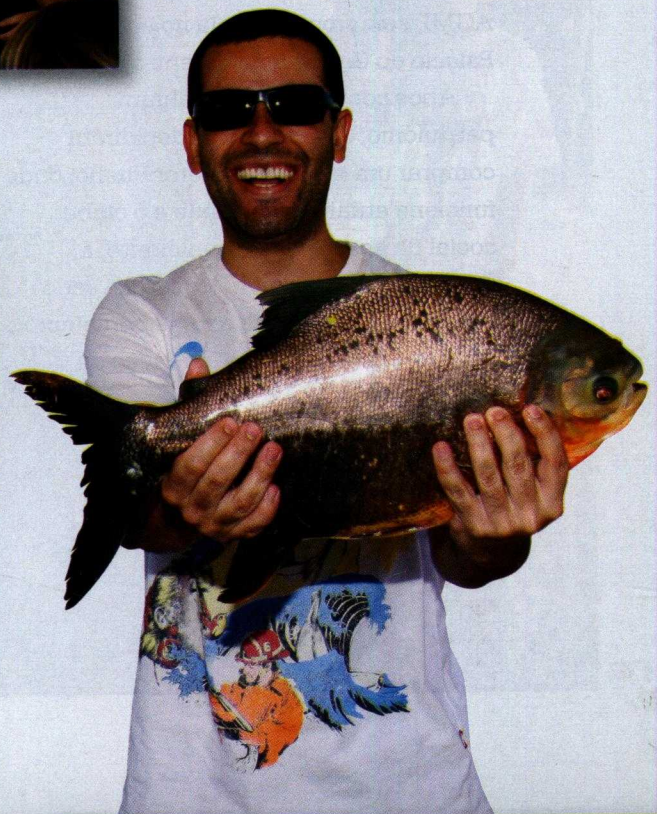
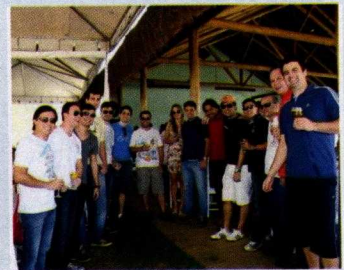


Aniversário da AGMP

Os 44 anos da Associação Goiana do Ministério (AGMP) foram comemorados no dia 27 de agosto com um almoço na sede campestre da entidade, localizada na GO-020, na saída para Bela Vista. Cerca de 450 pessoas, entre promotores e procuradores de Justiça, familiares e convidados, compareceram aos festejos, que foi marcado pelo conagraçamento, reencontro e união de

diferentes gerações da classe.

A comemoração de mais um ano da AGMP contou com uma programação especial, que incluiu show com a cantora goiana Camilla Faustino, que brindou a todos com um farto repertório de MPB e samba. Também foi realizada pesca esportiva e montados brinquedos para as crianças.

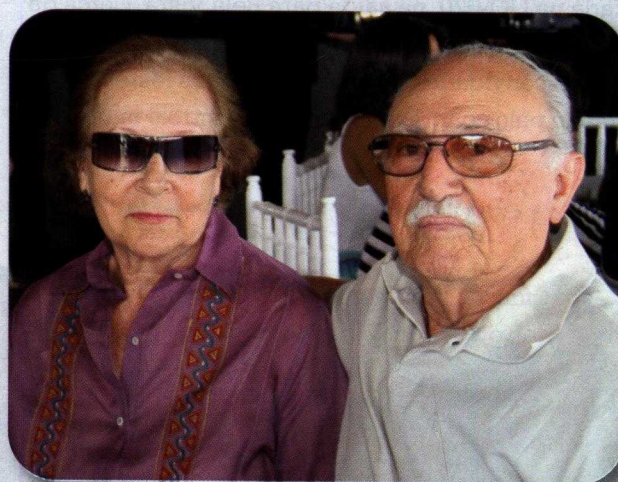


44 anos em defesa da classe

A AGMP foi fundada em 25 de agosto de 1967. Entidade sem fins lucrativos, ela congrega promotores e procuradores de Justiça do Ministério Público. Entre os objetivos da instituição estão a defesa das prerrogativas e os interesses do Ministério Público em geral, e, em particular, os de seus representantes em Goiás. A AGMP também têm entre suas funções promover o aprimoramento cultural de seus associados por meio da realização de congressos, como o VII Congresso Estadual do Ministério Público, promovido entre os dias 15 e 17 passado.

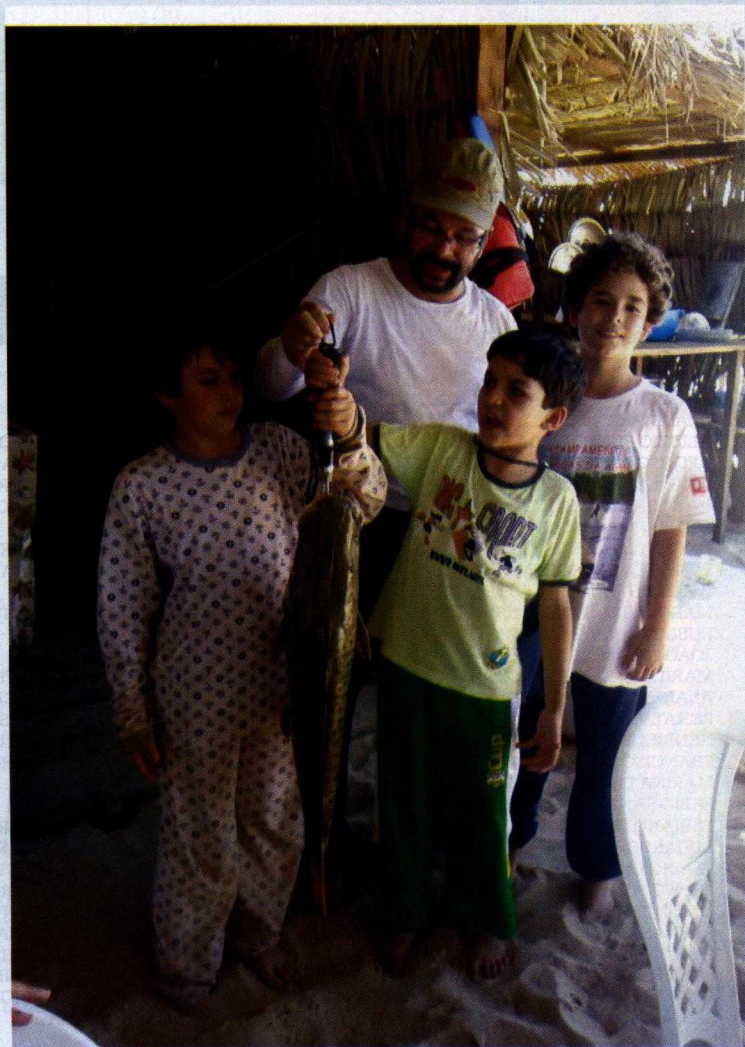
A criação da AGMP ocorreu em um momento que os promotores e procuradores de Justiça começaram a fundar associações de defesa da classe em vários Estados do País. No início as reuniões da associação ocorriam na mesma sala em que os representantes do MP trabalhavam. Alguns anos depois, a AGMP comprou uma sala no edifício Palácio do Comércio, no Centro de Goiânia.

Após conseguir reunir algum patrimônio, os associados decidiram comprar um terreno, no Setor Bueno, onde funciona atualmente a sede e o clube social da associação. Atualmente, a entidade também conta com uma sede campestre, onde, este ano, se comemorou mais um aniversário de fundação da AGMP.



Canoas 2011

Entre os dias 7 e 17 de julho, procuradores e promotores de Justiça, familiares e convidados puderam relaxar das atribuladas atividades do dia a dia às margens do Rio Araguaia, onde foi montado, pela AGMP, o tradicional Acampamento Canoas. Durante a 8ª edição do evento, montada na Praia Canadá, próxima a São José dos Bandeirantes, distrito de Nova Crixás, os participantes se divertiram a valer com muito banho de rio, pescaria, música, bar-molhado, bate-papo e uma série de atividades recreativas.





Lugar paradisíaco

Os participantes do Acampamento Canoas da AGMP puderam, mais uma vez, desfrutar de um lugar paradisíaco para recarregar as baterias. O Rio Araguaia é banhado por inúmeros lagos, que fazem da região um dos maiores berços naturais da fauna aquática brasileira. Além de usufruir das belezas naturais, o visitante conseguiu se divertir com passeios pelo rio, banho, boa comida e muita música.

Além das belezas naturais, quem compareceu ao 8º Acampamento Canoas da AGMP contou com uma infraestrutura da primeira. Foi montado, no local, área coberta para barracas, cozinha completa onde foram preparados pratos deliciosos, rancho com mesas, além de banheiros com duchas quentes e frias.



ANIVERSARIANTES

OUTUBRO

AGUINALDO BEZERRA LINO TOCANTINS	01/10
CLAUDIA GOMES	01/10
ALUIZIO FERREIRA DA ROCHA	02/10
AFONSO ANTONIO GONCALVES FILHO	02/10
LORENA MENDES BRAGA	03/10
MELISSA SANCHEZ ITA	04/10
MAURICIO GONCALVES DE CAMARGO	05/10
ANDRE LUIS RIBEIRO DUARTE	06/10
JOSE RICARDO TEIXEIRA ALVES	06/10
WELLINGTON DE OLIVEIRA COSTA	08/10
MARIA CRISTINA DE MIRANDA	08/10
RUBIAN CORREA COUTINHO	08/10
JOAO LACERDA JUBE	09/10
MARILDA HELENA VASCONCELOS	09/10
ALAIDE PEREIRA DE SOUSA	09/10
RENATA MIGUEL LEMOS	09/10
HENRIQUE GOLIN	09/10
FRANCISCO BANDEIRA DE C. MELO	10/10
MARINA DA SILVA SIQUEIRA	11/10
FABIO SANTOSSO BONNAS	11/10
FABIANO DE SOUSA NAVES	11/10
EDUARDO SILVA PREGO	11/10
FLAVIO CARDOSO PEREIRA	12/10
BRUNO SILVA DOMINGOS	12/10
LUCIO CANDIDO DE OLIVEIRA JUNIOR	15/10
ALEXANDRE JOSE DE ASSIS FOUREAUX	15/10
PAULO RANGEL DE VIEIRA	16/10
SANDRA BEATRIZ FEITOSA DE PAULA	17/10
RENATA DE MATOS LACERDA	17/10
FABIANA LEMES ZAMALLOA DO PRADO	18/10

NEYLA VELOSO COSTA CARVALHO (P)	19/10
DELSON LEONE JUNIOR	19/10
GIULIANO DA SILVA LIMA	19/10
CLAUDIA JARDIM CRUVINEL	21/10
PAULO MIRANDA FERREIRA	22/10
ALESSANDRA SILVA C. GONCALVES	23/10
PATRICIA ALMEIDA GALVAO	23/10
BRUNO BARRA GOMES	25/10
JONISY FERREIRA FIGUEIREDO	28/10
ALVACYR MORAES PEREIRA (P)	29/10
MARTA MORIYA LOYOLA	30/10
MARCIA DE OLIVEIRA SANTOS	31/10

NOVEMBRO

DALILA NEVES NUNES LEITE (P)	01/11
VINICIUS JACARANDA MACIEL	01/11
THERESINHA XAVIER ALVES DA COSTA (P)	02/11
LUIS FERNANDO FERREIRA DE ABREU	02/11
ELAINI CRISTINA ALVES PIRES TREVISAN	02/11
LUZIA VILELA RIBEIRO	03/11
EDUARDO ABDON MOURA	04/11
WANIA MARCAL DE MEDEIROS	05/11
BERNARDO BOCLIN BORGES	05/11
TANIA D ABLE ROCHA DE T. BANDEIRA	05/11
CACILDO MARTINS FERREIRA	06/11
MARILDA HELENA DOS SANTOS	06/11
ARTHUR JOSE JACON MATIAS	06/11
ANA CAROLINA PORTELINHA FALCONI	07/11
LUIS ANTONIO RIBEIRO JUNIOR	07/11
MARIA DE FATIMA BELCHIOR	08/11
CLAUDIO BRAGA LIMA	08/11

THIAGO GALINDO PLACHESKI	08/11
TITO SOUZA DO AMARAL	09/11
SUELENA CARNEIRO CAETANO JAYME	09/11
CRISTINA EMILIA FRANCA MALTA	09/11
LILIAN CONCEICAO M. DE A. NOGUEIRA	11/11
HELIO CORREA	12/11
VERA HELENA OLIVEIRA CAMPOS (P)	12/11
ODILEIA FIORI TOSI	12/11
CASSIUS MARCELLUS DE F. RODRIGUES	13/11
VAGNER JERSON GARCIA	16/11
MARLENE NUNES FREITAS BUENO	16/11
JALES GUEDES COELHO MENDONCA	17/11
WALDIR CELESTINO CHAVES	18/11
ELVIRA SILVA AGUIAR (P)	18/11
EUDES LEONARDO BOMTEMPO	18/11
MARCELO DE FREITAS	18/11
ORIANE GRACIANI DE SOUZA	18/11
MARIA ROCHA DA COSTA (P)	19/11
LENIR PEDROSA SOARES CORREIA	20/11
ROBERTO CORREA	20/11
MEIRE CRISTINI ALBANESI	21/11
PAULO EDUARDO PENNA PRADO	23/11
ALAIDE CRAVEIRO G. DE OLIVEIRA (P)	26/11
ALLAH DE SANTANA JARDIM	27/11
LUIS EDUARDO BARROS FERREIRA	28/11
IONARA DO COUTO O. B. CAIADO (P)	28/11
ALICE DE ALMEIDA FREIRE	29/11
CRISTIANO MENEZES DA SILVA CAIRES	29/11
CAMILA FERNANDES MENDONCA	29/11
ANA PAULA MACHADO FRANKLIN	29/11
MARCELO HENRIQUE RIGUETI RAFFA	30/11

* (P) Pensionista

(Brevíssimas)

■ Os promotores de Justiça Leandro Franck de Oliveira Ávila e Simone Sócrates de Bastos comemoram o nascimento da filha Isadora. Ela nasceu no dia 18 de agosto, na Maternidade Ela, em Goiânia, com 28 centímetros e pesando 2,830 quilos.



Ordem do Mérito Anhanguera

O procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres Neto, foi um dos homenageados pelo governador Marconi Perillo com a Medalha da Ordem do Mérito Anhanguera, durante a solenidade de transferência da capital do Estado para a cidade de Goiás no dia 26 de julho. Outros 19 membros do MP também foram condecorados com a Ordem do Mérito Anhanguera, mas em solenidade realizada no dia 27.

Revista italiana publica artigo de promotora goiana

A promotora de Justiça Ângela Acosta Giovanini de Moura, da 2ª Promotoria de Justiça de Quirinópolis, teve o seu artigo sobre reserva florestal legal e exploração agrária publicado na revista italiana Diritto & Diritti. Com o título "A Reserva Florestal Legal e a Exploração Agrária em Goiás: uma perspectiva para o desenvolvimento sustentável", o conteúdo pode ser acessado no endereço [khttp://www.diritto.it/users/1806](http://www.diritto.it/users/1806). A publicação do texto de Ângela Acosta decorre de reflexões e estudo do seu curso de mestrado em Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Promotor homenageado na Coreia

O promotor de Justiça Carlos Vinícius Alves Ribeiro, que atua na comarca de Bela Vista de Goiás, recebeu em julho uma homenagem da Associação Internacional de Promotores de Justiça (IAP, na sigla em inglês). Ele foi agraciado com um diploma de reconhecimento pelo trabalho realizado na tradução de documentos da IAP para o português. A homenagem foi prestada na abertura da Conferência Anual da entidade, que foi realizada em Seul, na Coreia do Sul.

Promotora homenageada

A promotora de Justiça Wânia Marçal de Medeiros recebeu o título de cidadã bonjardinense, na Câmara Municipal de Bom Jardim de Goiás. O título, concedido no dia 17 de agosto, destaca a atuação constante e responsável da promotora na defesa dos direitos da sociedade, em especial a de Bom Jardim.

Promotora é cidadã rioverdense

A promotora de Justiça Karina D'Abruzzo, titular da 8ª Promotoria de Justiça de Rio Verde, recebeu no dia 5 de setembro o título de Cidadã Rioverdense, entregue pela Câmara Municipal. No evento, o vereador José Henrique destacou o trabalho da promotora Karina D'Abruzzo à frente da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

Kart no VII Congresso Estadual do MP

Após o encerramento dos debates que marcaram o VII Congresso Estadual do Ministério Público, integrantes do MP participaram, na tarde do dia 17 de setembro, de Corrida de Kart promovida pela AGMP, no circuito do Goiânia Shopping. Entre os homens, o vencedor foi o procurador de Justiça Rodolfo Pereira Lima. O segundo lugar ficou com o promotor Cássio de Sousa Lima, que foi seguido do colega Felipe Oltramari. Entre as mulheres, a vencedora foi a promotora de Justiça Patrícia Otoni Pereira. O segundo e terceiro lugares ficaram, respectivamente, com as promotoras Renata Silva Ribeiro e Laura Diva Louredo Teles.



Imagens do Congresso

Uma grande festa marcou o encerramento do VII Congresso Estadual do Ministério Público. Participaram do evento, promovido pela AGMP na sua sede social, no Setor Bueno, cerca de 400 promotores, procuradores de Justiça e convidados. O momento foi de conagração da classe, após debates muito proveitosos sobre o futuro da instituição. Durante o congresso também foi realizada mostra de Patchwork, no salão de festa da entidade

